

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/02/2014 a 28/01/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Expansão agrícola mundial pode destruir um "Brasil". Clarissa Neher – Site da Carta Capital, Economia. 03/02/2014	3
O aquecimento global castiga o homem. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 07/02/2014.....	4
Plano beneficia produtores e contribui para o meio ambiente – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 17/02/2014.....	6
Desenvolvimento rural - ainda é possível? Antônio Márcio Buainain – O Estado de São Paulo, Economia. 18/02/2014.....	7
Incra impede criação de lixão irregular em reserva ambiental de assentamento em Pernambuco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/02/2014.....	8
Ministra do Meio Ambiente divulga dados de desmatamento na Floresta Amazônica – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/02/2014	9
Visibilidade para Agricultura Familiar na Copa do Mundo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF). 22/01/2014..	10
MA: Famílias cadastradas que ocupam a Terra Indígena Awá conhecem áreas onde poderão ser assentadas – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/02/2014.....	10
Capacitação em agroecologia fomenta desenvolvimento de assentamentos no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/02/2014	11
Fim da moratória da soja deverá incentivar 'desmatamento legal' na Amazônia – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/02/2014.....	12

Expansão agrícola mundial pode destruir um "Brasil" Clarissa Neher – Site da Carta Capital, Economia. 03/02/2014

Mais de 849 milhões de hectares de terras naturais serão degradados até 2050 se práticas mais sustentáveis não forem adotadas na agricultura

Uma área quase do tamanho do Brasil de terrenos naturais corre o risco de ser degradada até 2050, caso práticas sustentáveis de uso da terra não sejam adotadas e a agricultura global continue se expandido na proporção dos últimos anos. O alerta é do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que destaca entre as regiões mais ameaçadas as florestas da América Latina, da Ásia e da África Subsaariana.

"O mundo nunca havia experimentado uma redução tão acentuada dos serviços e funções dos ecossistemas terrestres como nos últimos 50 anos. As florestas e zonas úmidas estão sendo convertidas em terrenos agrícolas para alimentar a crescente população", afirma Achim Steiner, diretor executivo do Pnuma.

A expansão das fronteiras agrícolas é causada, por um lado, pelo aumento na demanda por alimentos e biocombustíveis, devido ao crescimento populacional, e, por outro lado, pela degradação do solo, ocasionado pela má gestão do campo. A perda de biodiversidade e a destruição ambiental generalizada já afetam 23% do solo mundial.

Sem uma mudança nas práticas agrícolas, mais de 849 milhões de hectares de terrenos naturais serão degradados até 2050, aponta o relatório do Pnuma divulgado na última sexta-feira (24/01).

"Ao reconhecer que a terra é um recurso finito, precisamos aumentar a nossa forma de produzir, oferecer e consumir os produtos obtidos a partir dela. Nós devemos ser capazes de definir e respeitar os limites dos quais o mundo pode funcionar com segurança para salvar milhões de hectares até 2050", diz Steiner.

Tendência é a expansão

Atualmente a agricultura consome mais de 30% da superfície continental do planeta, e as terras cultivadas abrangem em torno de 10% do terreno mundial. Entre 1961 e 2007, a região de cultivo se expandiu em 11%. O relatório aponta a continuidade em ritmo acelerado dessa tendência de expansão.

Nos últimos 50 anos, a ampliação da fronteira agrícola ocorreu à custa de florestas tropicais. Enquanto houve um declínio da área plantada na União Europeia, especialmente em Itália e Espanha, Leste da Europa e América do Norte, ocorreu um aumento das terras cultivadas na América do Sul, principalmente em Brasil, Argentina e Paraguai, na África e na Ásia.

Desde a década de 1990, essas fronteiras estão sendo ampliadas para compensar as terras que estão se tornando improdutivas devido a práticas agrícolas não sustentáveis. A

agência alerta que se o padrão de expansão desta década continuar, vai atingir principalmente as florestas da América Latina, da Ásia e da África Subsaariana.

Alternativas sustentáveis

O relatório aponta que a área cultivada global para suprir a demanda poderia aumentar com segurança até no máximo 1,640 milhão de hectares. Mas adverte que se as condições atuais permanecerem, em 2050 a demanda vai ultrapassar esse espaço.

A agência sugere como medidas para aumentar a produtividade nas atuais regiões agrícolas melhorias na gestão do solo, o incentivo a práticas ecológicas e sociais de produção, o monitoramento do uso da terra, investimentos na recuperação de terras degradadas e a integração conhecimentos locais e científicos – além da redução nos subsídios de culturas destinadas à fabricação de combustíveis.

Além dos fatores agrícolas, a agência aponta o consumo excessivo como um dos aspectos que levou a essa expansão. O relatório reforça que políticas para reduzir esses níveis e fomentar o consumo sustentável são essenciais para reverter a situação.

Se o mundo incentivar a agricultura sustentável, além de reduzir o consumo e a expansão agrícola, cerca de 319 milhões de hectares podem ser salvos até 2050.

O aquecimento global castiga o homem. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 07/02/2014

Quem reclama do calor achava o quê? Que séculos de industrialização e exploração de recursos naturais terminariam numa boa?

Vamos copiar por alguns instantes as folhas e telas cotidianas no uso excessivo do padrão Guinness – o livro, não a cerveja – de aferir catástrofes mediante recordes históricos.

Em cidades brasileiras, pessoas se queixam do calor, inédito em 70 anos. No hemisfério norte, veículos e pessoas escorregam em nevascas sem precedentes em duas décadas. O mesmo para seca no nordeste brasileiro. Da Califórnia à Austrália, passando por terras lusitanas, ardem florestas. Em outras regiões, mares, rios e lagoas transbordam os limites.

Achavam o quê? Não pegaria nada? Séculos fazendo industrialização e tecnologia deitarem e rolarem sobre clima e recursos naturais para tudo terminar numa boa?

Sim, a resposta castiga o homem, culpado pelo aquecimento global conforme relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), de setembro de 2013.

Centenas de Summits a que serviram? Faltaram manifestações? De Cohn-Bendit a Capilé em um capítulo?

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), apresentado na última reunião de Davos, Suíça, alerta para o fato de que se não tratarmos direito a expansão agropecuária chegaremos ao emblemático ano 2050 pela bola sete. Até lá serão degradados 849 milhões de hectares de terras, um Brasil.

E a quem caberá impedir a tragédia? Ora bolas, aos que restaram. Para os burocratas da ONU, denodo, espírito humanitário e áreas agricultáveis ainda estão disponíveis nas América Latina, Ásia e África Subsaariana. Desde que seus povos se comportem sustentavelmente.

Ainda que cavalinho na chuva não pegue resfriado, creio melhor poupá-lo.

Mudanças climáticas, usos de solos e águas, preservação de biomas e produção de alimentos, frequentam a mesma face da moeda. Na outra face está o motor que faz a roda girar no sentido contrário. O capitalismo.

O Pnuma, em certos aspectos, carrega nos tons cinzentos. Ao extrapolar para 2050 a expansão da área de cultivo do período 1961/2007, que foi de 11%, toma tendência que já não se repete. O crescimento da produção vem ocorrendo com incorporação de tecnologia e aumento de produtividade.

Não que isso prove o alto grau de conscientização do planeta. Os onze bilhões de dólares de agrotóxicos vendidos no Brasil, em 2013, justificam ceticismo.

Caso é que sem retorno financeiro a agropecuária não vai ou segue lenta. Acomoda-se em áreas já consolidadas com infraestrutura e tecnologia. Expansão custa caro. Áreas agricultáveis tiveram alta valorização em todas as regiões do planeta.

A gula dos desenvolvidos, incluída a China, olha na direção de terras africanas, asiáticas e latinas. Por enquanto, não pensa em plantio, mas na especulação com ativos imobiliários e conquistas hegemônicas futuras.

O crescimento acelerado da agropecuária não é necessário nem traria grandes benefícios a quem precisa. Um ou outro especulador de Bolsa poderia sair ganhando.

O dedicado ativista poderá perguntar: e o quase bilhão de famintos que existe no planeta? A produção atual é suficiente para todos, apenas mal distribuída e um terço dela engolida no ralo do desperdício.

Enquanto não se mostrar que atividades benéficas à vida no planeta o são também para o bolso de quem produz alimentos, ficaremos na mesma. Poucos serão capazes de abrir mão de ganância e imediatismo pelo bem de quem virá.

Não acreditam? Olhem para trás. A consolidação do plantio direto sobre palha no Brasil só veio quando o agricultor entendeu nele um manejo lucrativo. O mesmo ocorre com a substituição parcial do uso de agrotóxicos por materiais orgânicos e biológicos. Estes reduzem os custos.

As vantagens da integração lavoura, pasto, floresta ficarão evidentes quando o agropecuarista calcular a fortuna que é recuperar áreas degradadas ou o patrimônio que se perde deixando-as assim.

Vira, mexe e rebola volta-se à necessidade de produzir na terra de forma sustentável, termo que de tão desgastado ficou com a cara de “bonzinho assim”. Se quisermos produção agropecuária sustentável, o fetiche capitalista precisará entrar em cena.

Dizem ser ele o melhor sistema. Pode ser. Mas não esperem encontrar muitos “bonzinhos assim” indo contra a sua lógica.

Plano beneficia produtores e contribui para o meio ambiente – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 17/02/2014

A produção de leite e de carne de qualidade no país é vista como prioritária pelo governo e produtores rurais. O setor tem potencial para ampliar significativamente o alcance da produção nacional, mas para isso é necessário melhorar aspectos como o aumento da produtividade, a garantia da sustentabilidade ambiental e o bem estar animal. Para auxiliar aos produtores, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou nesta segunda-feira, 17 de fevereiro, o Plano Mais Pecuária, que engloba os programas Mais Leite e Mais Carne, na Embrapa Gado de Leite, no município de Juiz de Fora (MG).

A maioria das metas do Plano é programada para os próximos dez anos. Neste período, o Programa Mais Leite tem o objetivo de aumentar a produção nacional para 46,8 bilhões de litros de leite por ano e a produtividade em 40%, passando de 1,4 mil quilos do produto por vaca ao ano para 2 mil quilos. Já o Mais Carne pretende melhorar a produtividade bovina em 100% – passando de 1,3 bovino por hectare para 2,6 bovinos/hectare. Ao dobrar essa lotação, o país poderá produzir 13,6 milhões de toneladas de carne em uma área de 113,8 milhões de hectares, o que permitirá liberar 46,2 milhões de hectares para outras atividades.

O Mais Pecuária será dividido em quatro eixos. O primeiro refere-se ao melhoramento genético, com o intuito de disponibilizar até 2023 cerca de 252 mil touros reprodutores por ano e permitir que a oferta de sêmen de gado leiteiro nacional seja de pelo menos 50%. Para isso, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/Mapa) apoiará financeiramente associações e instituições para a realização de eventos de sensibilização e de treinamento em inseminação artificial.

O segundo eixo trata do aumento das vendas em uma década. As metas incluem expandir o consumo interno do leite em 23% e, de carne bovina, em 35%, além de ampliar as exportações de derivados desses produtos. Neste sentido, a SDC e a Secretaria de Relações Internacionais (SRI/Mapa) articularão e financiarão ações de marketing no Brasil e no exterior, além de outras iniciativas como o lançamento de editais de pesquisa para o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado e o mapeamento de novos mercados potenciais.

O Plano também visa aumentar a capacitação de técnicos e produtores para a incorporação de tecnologias no campo, além de desenvolver pesquisas e projetos para soluções tecnológicas e gestão de propriedades por meio de convênios entre a SDC e entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Até 2023, devem ser capacitados 5 mil técnicos e 200 mil produtores na área de gado de corte e 10 mil técnicos e 650 mil trabalhadores e produtores na área leiteira.

Já o quarto eixo visa à segurança e qualidade dos produtos nacionais. Até 2016, todo o leite captado pela indústria deve estar dentro dos padrões oficiais, além de reduzir a prevalência de brucelose e tuberculose. Quanto à produção de carne, até 2018 todos os estados devem estar aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), que confere equivalência da inspeção realizada pelo governo federal aos demais entes da Federação. Os projetos para aprimorar à inspeção do leite, diminuir a incidência de zoonoses e combater a clandestinidade no abate serão de responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/Mapa).

O Plano Mais Pecuária será organizado por um Comitê Executivo, composto por técnicos e autoridades do Ministério da Agricultura, que acompanhará a execução dos projetos e buscará as demandas de cada setor.

Desenvolvimento rural - ainda é possível? Antônio Márcio Buainain – O Estado de São Paulo, Economia. 18/02/2014

Em artigo publicado neste jornal (15/2), o sociólogo Zander Navarro pergunta-se se seria válido o esforço para promover o desenvolvimento rural no Brasil. Ele indica dois cenários: a "argentinização, com o gradual esvaziamento do campo, a supremacia da agricultura de larga escala e o empilhamento da população migrante em poucas, mas grandes regiões metropolitanas", ou o "caminho europeu, no qual as regiões rurais mantêm alguma densidade social e produtiva, associadas à teia de cidades pequenas e médias espalhadas pelo território". Sugere um conjunto de "medidas corajosas", as quais subscrevo na íntegra, e que permitiriam "sonhar com o vasto interior povoado". Essa política seria possível? Tenho muitas dúvidas.

É preciso entender os motores do esvaziamento rural e desmistificar a associação entre o dinamismo agropecuário, o aumento da desigualdade fundiária e a migração rural-urbana que alimenta o crescimento e a pobreza urbana, como erroneamente sustenta artigo publicado na Nature Climate Change (20/12/2013). Rodolfo Hoffmann, especialista no assunto, comparou os censos desde 1975 e confirmou que as mudanças no sistema de uso da terra não afetaram a distribuição da propriedade, que é concentrada como sempre foi. O mesmo vale para o processo migratório, cujo saldo vem caindo de censo para censo, e já não explica o crescimento urbano.

O esvaziamento se deve à marginalização do campo, ao "fato de o Brasil nunca ter tido uma política de desenvolvimento rural", como afirma Navarro. Se isso não ocorreu quando a população e os eleitores rurais somavam um contingente importante, por que

autoridades que tomam decisões em função das eleições, de maneira imediatista e populista, estariam agora interessadas em investir e promover o caminho europeu? O Brasil não tem uma rede de estradas vicinais, que na Europa vem sendo construída desde a Idade Média e que ainda hoje recebe investimentos. E como pensar em estrada vicinal num país que ainda não conseguiu duplicar a BR-101, que interliga as principais capitais e cidades e pela qual transita metade do PIB?

A comparação dos indicadores socioeconômicos dos meios urbano e rural mostra um abismo quase intransponível entre os dois mundos. Educação, saúde, infraestrutura básica, tudo é muito mais deficiente no campo. Por que os jovens rurais, que hoje assistem aos mesmos programas de TV que os jovens urbanos, sonham em comprar sua motocicleta e conquistar o mundo, optariam por permanecer no meio rural, marcado pelo atraso estrutural, trabalho duro, cansaço, pobreza e o abandono do Estado e de governantes, que por lá só passam em época eleitoral? Paradoxalmente, a migração é mais forte onde a agricultura familiar é bem-sucedida, pois os jovens têm melhores condições de vida, nível de escolaridade mais elevado e optam pelas cidades onde encontram mais oportunidades. Os mais empreendedores também saem e no campo ficam os velhos, os analfabetos, aqueles com menor escolaridade e os mais acomodados, que se ajeitam com trabalhos esporádicos, uma bicada da aposentadoria dos pais e avós, uma bolsa qualquer.

Independentemente do cenário, um número cada vez maior de pessoas viverá nas cidades, mesmo sendo agricultor, pequeno ou grande proprietário. Poucos ficarão no campo, a maioria por falta de opção urbana acessível. E basta um passeio pelas pequenas cidades para confirmar o empilhamento populacional, que se traduz em desocupação, subocupação, violência e drogas. Nesse sentido, o desenvolvimento rural requer muito mais do que eliminar o "nefasto hibridismo ministerial", como sugere o professor Navarro; requer coordenação e racionalização das políticas públicas e entes locais fortes, com capacidade financeira e operacional para construir e manter estradas, prover educação básica de qualidade, manter um médico no posto de saúde, uma delegacia e seus serviços, implantar locais de lazer público, de esporte e cultura. E basta ver as condições da maioria dos municípios para constatar que o sonho do professor Navarro é quase impossível de realizar.

**Antônio Márcio Buainain é professor de economia na Unicamp. E-mail: buainain@eco.unicamp.br.*

Incra impede criação de lixão irregular em reserva ambiental de assentamento em Pernambuco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/02/2014

A Superintendência do Incra em Pernambuco (Incra/PE - SR03) obteve, por ação judicial, a reintegração da posse de área de preservação ambiental do assentamento Tentugal, em São José da Coroa Grande (PE). A decisão da justiça reconheceu que a área foi utilizada indevidamente para a criação de aterro sanitário e obriga o

município a pagar indenização de R\$ 10 mil ao Incra/PE por danos causados ao meio ambiente e a obrigação de fazer a recuperação ambiental da área.

A área do lixão foi identificada por técnicos do serviço de Meio Ambiente da Superintendência Regional do Incra em Pernambuco, quando executavam trabalho de georreferenciamento e parcelamento nos Projetos de Assentamentos da antiga Usina Central Barreiros.

A área onde funcionaria o aterro sanitário foi identificada no imóvel denominado Engenho Tentugal, que compõe o conjunto de assentamentos da região. De acordo com os técnicos do Incra /PE, a área atingida é de 11,6569 hectares e está inserida na Reserva Legal do assentamento.

Segundo Roberth Vieira, Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Serviço de Meio Ambiente, do Incra/PE, há dentro dos limites do aterro, uma nascente e um curso d'água perene. "Houve várias tentativas de conciliação entre o Incra e a Prefeitura de São José da Coroa Grande, inclusive com a participação do Ministério Público, mas a iminência de um dano ambiental ao referido Projeto de Assentamento e entorno seria grande, dada a proximidade entre os corpos hídricos e a área de deposição dos detritos", concluiu.

Histórico

O imóvel denominado Engenho Tentugal faz parte do conjunto de assentamentos criados onde havia a antiga Usina Central Barreiros. Ele foi decretado de interesse social para fins de reforma agrária em 05 de setembro de 2002. Nele estão atualmente assentadas 100 famílias distribuídas por uma área total de 1.043,50 ha.

Aviso de pauta - Ministra do Meio Ambiente divulga dados de desmatamento na Floresta Amazônica – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/02/2014

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, divulga, nesta sexta-feira (21/02), às 12h, os dados mais recentes do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter) na Amazônia Legal, levantamento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com base em imagens capturadas por satélite. As informações correspondem ao período de novembro de 2013 a janeiro de 2014, comparados ao ano anterior.

O evento contará com a presença dos secretários de Meio Ambiente dos nove estados da Amazônia, que estarão reunidos em Brasília para debater novas estratégias de combate ao desmatamento na região.

Pauta: Divulgação dos índices de desmatamento do Deter

Data: Sexta-feira, 21 de fevereiro de 2014

Horário: 12h

Visibilidade para Agricultura Familiar na Copa do Mundo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF). 22/01/2014

Projeto Brasil Orgânico e Sustentável terá quiosques com produtos da categoria

Agricultores familiares poderão expor seus produtos e criar novas oportunidades de negócios durante a Copa do Mundo de 2014.

Por meio do Brasil Orgânico e Sustentável, do Governo Federal, serão instalados os Quiosques Brasil Orgânico e Sustentável nas doze cidades sedes da Copa.

Para participar, os empreendimentos coletivos da agricultura familiar devem preencher o formulário e enviar até às 23h59 do dia 26 de janeiro.

Serão selecionados 60 empreendimentos, mas para participar, é preciso que tenham obrigatoriamente um ou mais dos seguintes selos: SIPAF –Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar; Produto Orgânico do Brasil; Comércio Justo; Identificação Geográfica; Maior percentual de sócios inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal; Acessar o Programa de Aquisição de Alimentos.

O objetivo do Projeto é promover a produção e o consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis no país, com a conseqüente geração de benefícios sociais e ambientais associados.

MA: Famílias cadastradas que ocupam a Terra Indígena Awá conhecem áreas onde poderão ser assentadas – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/02/2014

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão apresentou às famílias de não índios que ocupam a Terra Indígena Awá, e que realizaram cadastramento junto à autarquia para serem incluídas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as áreas disponibilizadas para atendê-las. As reuniões de apresentação ocorreram nesta segunda e terça-feira (24 e 25).

No dia 24, a reunião foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Caru, contando com a presença das famílias pertencentes aos povoados do Caju, Cabeça Fria e Vila Veras. Já na terça (25), a reunião aconteceu na escola do Povoado Vitória da Conquista, distante 100 quilômetros do município de Zé Doca, o mais próximo da TI.

Das 427 famílias notificadas pelos oficiais da Justiça Federal para desocuparem a área, 266 procuraram o Incra para serem cadastradas. Desse total, 225 já tiveram os cadastros lançados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) e estão aguardando homologação.

Durante as reuniões o superintendente regional, José Inácio Rodrigues, informou que a autarquia dispõe de 569 vagas em assentamentos nos municípios de Parnarama e Coroatá. As áreas estão disponíveis para assentamento imediato das famílias desintrusadas e foram identificadas após levantamentos realizados no Sipra e em campo, por uma equipe de servidores da superintendência.

Características

No município de Parnarama, as vagas disponíveis estão concentradas no assentamento São José/São Domingos. A área de reforma agrária possui 12.559 hectares e tem, atualmente, 121 famílias beneficiárias. Conforme explicou Rodrigues, há capacidade para mais 424 vagas que podem ser utilizadas para assentar as famílias desintrusadas.

Rodrigues destacou que 5,6 km do perímetro do assentamento São José/São Domingos são margeados pelo Rio Itapecuru, o que facilita o cultivo das principais culturas que já são produzidas pelos agricultores que ocupam a Terra Indígena Awá.

No município de Coroatá, as 183 vagas disponíveis para assentamento imediato das famílias desintrusadas estão divididas em nove projetos de assentamento.

O superintendente também apresentou as principais políticas públicas às quais cada família assentada pelo Incra terá acesso: habitação por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida; crédito apoio inicial; acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de assistência técnica. O Incra também realizará convênios com as prefeituras dos municípios para implantação e melhoria de estradas de acesso e sistemas de abastecimento de água nos assentamentos.

Além de servidores do Incra, participaram das reuniões representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema) e dos sindicatos de trabalhadores rurais de São João do Caru e Zé Doca.

Capacitação em agroecologia fomenta desenvolvimento de assentamentos no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/02/2014

Um total de 39 moradores de projetos de assentamento da Região Juruá e Tarauacá Envira, no Acre, serão capacitados como técnicos em agroecologia, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O grupo participou, nesta terça (25), da aula inaugural na Escola da Floresta. O curso é realizado por meio de parceria entre o Incra e o Governo do Acre.

Serão formados jovens e adultos, trabalhadores rurais assentados nos projetos do Incra nos quatro municípios que compreendem a região do chamado baixo Acre e Purus. A capacitação dura 15 meses e será dividida em etapas que possibilitem desenvolver várias atividades práticas em campo.

A expectativa é fomentar o desenvolvimento dos assentamentos. A proposta é que o curso seja gradativamente levado a todas as áreas de reforma agrária no estado.

O superintendente do Incra no estado, Idésio Franke, foi aluno da primeira turma de técnico agrícola da Escola da Floresta, que nos anos 70 se chamava Colégio Agrícola. Durante a palestra que proferiu aos novos estudantes, ele destacou a importância de formar técnicos nas próprias comunidades. “Cada um de vocês conhece a realidade e, portanto, tem mais condições de fomentar o setor produtivo de forma sustentável”, disse.

Fim da moratória da soja deverá incentivar 'desmatamento legal' na Amazônia – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/02/2014

Acordo que impedia expansão da sojicultura na floresta termina em dezembro. Cultura passa a ser regulada apenas pelo novo Código Florestal, sem barreiras ao cultivo da oleaginosa. A CPT é contrária à moratória por acreditar que ela precarizou a questão fundiária e o acesso à terra pelas populações locais.

(Fonte: Rede Brasil Atual)

A moratória da soja, que impede a comercialização de soja brasileira proveniente de áreas desmatadas na Amazônia depois de 2006, chega ao fim em 31 de dezembro. Com o término do acordo entre o governo brasileiro, exportadores e ONGs ambientalistas, não haverá mais qualquer impedimento ético à expansão da fronteira agrícola da soja na Amazônia.

A partir do ano que vem, a sojicultura e demais atividades produtivas serão regulamentadas apenas pelo Código Florestal e fiscalizadas pela União pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). A nova legislação, aprovada em 2012, permite que o produtor desmate 20% da área de floresta situada em sua propriedade. Nessa porção, poderá realizar qualquer atividade agrícola, inclusive o cultivo de soja, que até então era vedado pela moratória.

O secretário-geral da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Fábio Trigueirinho, uma das entidades signatárias do acordo, assume que o desflorestamento aumentará com o fim da moratória. Mas argumenta que o término do compromisso e a vigência do Código Florestal farão com que o sojicultor se veja obrigado a preservar os 80% de floresta da propriedade – chamado Reserva Legal. “Se tiver algum desmatamento autorizado, vamos tolerar, só que o produtor vai ter que cuidar do resto”.

No início do ano, Grupo de Trabalho da Soja (GTS), responsável pelo cumprimento da moratória, decidiu pela última renovação do acordo. O término estava previsto para o último mês de janeiro. A moratória impediu a comercialização de soja plantada em áreas desmatadas do bioma amazônico a partir de 24 de julho de 2006, quando entrou em vigor. A decisão foi convencionada entre as entidades representantes do setor

privado Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec), Abiove e associadas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ONGs de conservação ambiental, como o Greenpeace e a WWF Brasil.

Segundo o diretor geral da Anec, Sérgio Mendes, os exportadores de cereais decidiram fazer parte da moratória para “desfazer qualquer mal entendido” com clientes no exterior, “principalmente os da Europa”, frisa. À época, o mercado europeu, grande comprador da soja brasileira, pressionou as exportadoras do país no sentido da produção sustentável de oleaginosas. Foi essa pressão dos clientes internacionais que motivou Anec e Abiove a assinarem o termo.

Hoje, porém, a maior parte da soja produzida no Brasil é escoada para o mercado chinês. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a China importou, no ano passado, 32 milhões de toneladas de soja brasileira, o que representa 31,25% a mais do que os 22 milhões comprados em 2012. Já a importação europeia caiu 5,5% no mesmo período: foram 5,1 milhões de toneladas de soja provenientes do Brasil em 2013, contra 5,4 milhões em 2012.

Para o secretário-geral da Abiove, a queda da exportação de soja para a Europa pode ser explicada porque o continente tem um “mercado maduro”. Entretanto, Fábio Trigueirinho admite que o mercado chinês não pede contrapartidas ambientais tão exigentes como os europeus ao comprar os grãos do Brasil. “A China está sendo a locomotiva do mercado da soja no mundo inteiro. Hoje, ela importa cerca de 70% da demanda mundial de soja em grão”, disse.

O novo sistema do Grupo de Trabalho da Soja considera que o monitoramento do plantio da oleaginosa na Amazônia de acordo com o Código Florestal poderá ser feito pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta do Programa de Regularização Ambiental (PRA) do governo federal em que o produtor declara a posse de determinado território e o Ministério do Meio Ambiente fiscaliza a conservação da área de floresta cadastrada por meio de imagens de satélites. A ferramenta, porém, e apesar do fim iminente da moratória, ainda não foi regulamentada e posta em prática pelo governo.

Ainda que as regras do Código Florestal Brasileiro sejam válidas para todo o país, a fiscalização pelo CAR será feita massivamente, em um primeiro momento, somente em dez municípios no bioma amazônico. Na moratória, estas áreas, consideradas “pontos sensíveis” pelo GTS, representam 70% da produção de soja em área desflorestada depois de 2006. “Nós queremos trazer o produtor rural para esse sistema de cadastro, porque ele ficará totalmente visível para o governo”, explica Trigueirinho.

Entretanto, como o novo sistema de controle do desmatamento da Amazônia não está completamente estabelecido, o Greenpeace acredita que a moratória ainda seja necessária, como afirma o representante da ONG Rômulo Batista. “O CAR é um sistema novo que ainda precisa ser testado. No bioma amazônico, há muito mais área desmatada do que o sistema pode fiscalizar ou autuar”, diz. Batista destaca também o

baixo contingente populacional e a grande extensão territorial da região como empecilhos ao monitoramento.

Conflitos

O oeste do Pará é uma das regiões com grande concentração de plantações de soja na Amazônia. Em Santarém (PA), sojicultores e povos tradicionais vivem em conflito por terras, como conta o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Santarém, Gilson Rego. Ele destaca que os programas de regularização fundiária do governo federal, como o Terra Legal, acirraram a concentração de áreas para o cultivo de soja e o confronto com a população tradicional.

Rego relata que, por conta da proibição do plantio de soja em áreas desmatadas após 2006, os produtores rurais cadastram no Terra Legal a posse de áreas pertencentes ao estado, como assentamentos e terras quilombolas e indígenas para realizarem o cultivo da oleaginosa. O conflito de terras na região torna-se ainda maior e a posse de terra uma utopia para o pequeno produtor. “Se o Inca [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] pesquisasse minimamente em seu sistema, saberia que ali é uma terra quilombola ou um assentamento e que não há como fazer cadastro dessas áreas”.

A CPT é contrária à moratória por acreditar que ela precarizou a questão fundiária e o acesso à terra pelas populações locais, mas Rego teme que os confrontos sejam ainda piores com o fim do acordo e a regularização do Cadastro Ambiental Rural como ferramenta de controle do desmatamento. “O GTS quer transformar o CAR em documento fundiário. Os assentamentos, que são coletivos, terão cadastros individuais. Nós também teremos cadastros dentro de unidades de conservação, dentro de reservas extrativistas. Isso vai acabar com a história das comunidades”, argumenta o coordenador da entidade.

Desmatamento

A taxa de desmatamento na Amazônia aumentou 28% em 2013. Um estudo feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) constatou que entre as áreas mais afetadas estão Mato Grosso e Pará, com desflorestamento 52% e 37% maior que em 2012, respectivamente. No entanto, produtores de soja, por meio da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja), adotam o discurso da evolução da governança ambiental para justificar o fim da moratória. “Entendemos que a moratória perdeu o sentido a partir da consolidação dos mecanismos de governança ambiental definidos na reforma do Código Florestal”, diz a nota da Aprosoja.

“Hoje há abertura de florestas no Pará, mas não é possível identificar pelo satélite se é em área de plantio da soja. Com isso, os produtores dizem que o local desmatado é um assentamento e é criado um discurso de que não é mais a soja que desmata, que a moratória está funcionando e diz que quem desmata é a população local. Todo ano, eles abrem mais mata e os conflitos [entre sojicultores e os povos tradicionais] continuam”, lamenta o coordenador da CPT Santarém.

Para o Greenpeace, o sistema de governança do bioma amazônico ainda é falho e representa uns dos principais motivos pelos quais a moratória continua sendo um instrumento necessário para evitar o desmatamento. “As associações disseram que a moratória havia perdido sua eficácia por conta do novo marco legal do Código Florestal e pela existência de uma nova governança ambiental, mas nós acreditamos que essa governança não está totalmente estabelecida”, contesta Batista ao afirmar que o CAR ainda não foi regularizado.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Amazônia possui áreas abertas suficientes para expandir a produção brasileira de soja. “Não há necessidade de desmatar absolutamente nada na Amazônia. Nós temos alguns milhões de hectares de áreas degradadas que poderiam ser aproveitadas para o plantio de soja”, afirma o diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, Francisco Oliveira, do MMA.

“A área amazônica não-utilizada ou subutilizada é mais do que suficiente para dobrar a produção agrícola do país, seja ela por forma de recuperação dessas áreas degradadas, seja por forma de melhoria na utilização das áreas subutilizadas”, argumenta Batista.

Este ano, a Aprosoja passará a integrar o GTS como representante dos produtores da oleaginosa. Porém, entidades representantes de moradores das regiões afetadas pelo cultivo do grão, durante os oito anos de vigência da moratória, nunca tiveram espaço no grupo de trabalho. Para o coordenador da CPT Santarém, a moratória “não foi feita para que houvesse envolvimento da sociedade local”. A Abiove afirma que o acordo é “voltado para a parte ambiental” e que, portanto, não haverá inclusão dos povos tradicionais.
